OS REGISTROS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

VIVIANE BATISTA DE CARVALHO

RESUMO

Este artigo aborda a relevância da documentação na Pedagogia para crianças pequenas e seu papel crucial na avaliação de bebês e crianças, facilitando assim, o avanço do seu crescimento. Neste cenário, é indiscutível que a avaliação na Pedagogia para crianças pequenas, não deve de maneira nenhuma estabelecer desempenho e retenção de bebês e crianças, mas sim, situar historicamente e temporalmente como a construção do conhecimento e crescimento são conquistados e se manifestam nesta etapa. E para isso, várias formas de documentação são essenciais, tendo em vista que a memória dos professores pode ser prejudicada, dadas as inúmeras obrigações diárias com o grande número de bebês e crianças sob seus cuidados. Devido à sua abundância, a elaboração de registros educacionais se configura como uma prática de ensino capaz de permitir uma reflexão mais profunda sobre as atividades educativas, encorajando uma audição sensível à comunicação daqueles que desempenham papéis principais no processo de aprendizagem, proporcionando ao educador uma compreensão ampliada do conjunto de habilidades e perspectivas que as crianças trazem consigo. Entre a variedade de usos e funções dos registros educacionais, enfatizamos nesta pesquisa a utilização dessas produções para uma avaliação reflexiva em prol do protagonismo infantil e da análise crítica do professor em relação ao seu próprio trabalho e também à escola em si.

Palavras-chave: Pedagogia para crianças pequenas; Documentação; Relevância.

INTRODUÇÃO

O infante, como ser único e produtor de cultura, não é uma folha em branco, traz consigo saberes adquiridos no ambiente familiar e estes devem ser valorizados pelos pedagogos, que de maneira estratégica, devem unir seus saberes aos dos pequeninos e dos demais que compõem o cenário escolar, por meio de relações com crianças da mesma faixa etária, diferentes idades e com adultos.

Por meio de jogos e interações, o objetivo é agregar conhecimentos. Tal vivacidade dos bebês e crianças é o ponto inicial para os diversos tipos de documentações. E a compilação dessas documentações, através de observações e reflexões das práticas dos professores, compõem o relatório final, seja ele bimestral, trimestral ou semestral. Definindo assim, a avaliação na Pedagogia Infantil.

A conclusão do artigo em questão se dá pela compreensão da relevância das diversas documentações e consciência de como ocorre o desenvolvimento integral dos bebês e crianças, destacando e valorizando seu processo avaliativo. Portanto, o objetivo do artigo é fornecer recursos para a prática reflexiva sobre as diferentes produções de documentações que solidificam a avaliação na Pedagogia Infantil.

O artigo utiliza uma revisão bibliográfica, baseada em livros e artigos científicos para sua elaboração. Discute-se a relevância da avaliação na Pedagogia Infantil, por meio de diversas documentações, após uma observação detalhada pelos professores durante o crescimento das crianças, focando sempre nas habilidades e nas fragilidades apresentadas pelas crianças, dentro do contexto educacional, respeitando o ritmo e momento de cada uma.

Visando a modernidade, a avaliação na Pedagogia Infantil está cada vez mais ganhando destaque, diante de uma gama de literatura que coloca a criança como protagonista e ser central no processo de ensino-aprendizagem com experiências e vivências únicas, capazes de, por meio de interações modificarem o ambiente em que vivem.

Diferente das fichas padronizadas que se aplicavam antes com marcações de "X", não demonstrando os progressos dos bebês e crianças, são rejeitados nos ambientes escolares. Destacando os relatórios individuais e coletivos, estes ocupam um papel de extrema importância para descrever a individualidade das crianças.

Por um lado, as documentações assustam os professores quando o assunto é descrever o crescimento das crianças para a realização da avaliação, estes se atentando por vezes aos comportamentos pontuais ou de personalidade das crianças, saindo do foco de registrar as experiências e falas das crianças. Por isso a relevância das documentações diárias. Já que a mente humana é falha e os acontecimentos são esquecidos e então fazer retomar fatos vivenciados durante o ano inteiro torna-se árduo para os professores, os afastando dessa prática a cada dia e frustrante para o grupo gestor, famílias, em especial para a coordenação que se deparam com relatórios vagos.

Em vista do apresentado, o artigo destaca a relevância das documentações de maneira eficaz e robusta sobre o crescimento infantil, assim embasadas em bibliografias conceituadas que servem para aprimorar o leitor, inclusive o educador. O propósito do artigo é agregar opiniões de diversos teóricos sobre a relevância das documentações no processo de avaliação, durante o ano escolar que, junto a estes, formalizam as avaliações na Pedagogia Infantil que retratam o

progresso dos bebês e crianças e promovem reflexões contínuas no processo de ensino-aprendizagem por parte dos leitores educadores. Para a elaboração deste artigo foi realizada uma pesquisa metodológica de revisão bibliográfica com análise crítica-reflexiva de artigos científicos e livro que discorrem parcial ou integralmente sobre o tema, trazendo uma abordagem qualitativa.

A EDUCAÇÃO INFANTIL PARA A CRIANÇA

Antes de ingressar na escola para receber a educação formal, a criança já passou por um processo educativo não formal, que começou a moldar sua personalidade, e quando a mesma chega à escola encontra obstáculos de integração. Com a redução da convivência familiar, provocada pela vida agitada do mundo contemporâneo, a boa educação escolar torna-se essencial para o preparo da vida social da criança, e não mais apenas a educação como elemento primordial para o ser humano.

A Educação Infantil é a etapa que envolve crianças de 0 a 5 anos de idade, considerada como primeira fase da Educação Básica. Seu objetivo é o desenvolvimento integral das crianças, ou seja, não apenas o cognitivo, mas também o físico e o socioemocional. Esta fase está dividida em dois segmentos: creche (crianças de 0 a 3 anos), e pré-escola (crianças de 4 a 5 anos).

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: (...) IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade; (...) (BRASIL, 1988, p.35).

A fase inicial da infância desempenha um papel crucial no desenvolvimento das crianças, pois é nesse período que elas adquirem habilidades essenciais que terão impacto em sua vida adulta.

A educação pré-escolar representa a primeira oportunidade para as crianças se envolverem na sociedade, onde têm a chance de construir suas próprias teorias e aprendizados sobre o mundo.

Durante sua experiência na educação pré-escolar, as crianças aprimoram seu desenvolvimento psicológico, o qual contribui para a formação da consciência e personalidade. Essa forma de ensino deve ser estruturada de maneira a promover relações emocionais e afetivas saudáveis por meio do conhecimento.

Na educação pré-escolar, a criança desenvolve sua capacidade de consciência, linguagem oral e, posteriormente, linguagem escrita, em preparação para a alfabetização no ensino fundamental.

Atualmente, o ambiente escolar tem se tornado cada vez mais impessoal, com as pessoas se esquecendo de lidar com seus sentimentos e emoções, que são aspectos fundamentais na vida humana.

Os professores devem permitir que seus alunos, especialmente na educação pré-escolar, tenham um contato mais profundo com suas emoções e sentimentos, desenvolvendo atividades em sala de aula que explorem esses aspectos.

Os educadores devem oferecer aos alunos uma ampla variedade de materiais, fornecendo suporte, técnicas e desafios que promovam o desenvolvimento integral das crianças, além de reconhecerem que um ambiente estimulante depende desses fatores, permitindo a exploração de novos conhecimentos.

O objetivo da educação pré-escolar é que bebês e crianças possam alcançar um desenvolvimento integral e equilibrado em suas dimensões emocional, afetiva, sexual, artística, cognitiva e física, construindo uma imagem positiva de si mesmos e fortalecendo sua autonomia pessoal.

Dentre os princípios pedagógicos que orientam a prática dos professores em sala de aula, estão os jogos, a experimentação, a descoberta do ambiente e dos seres vivos, a educação para o consumo responsável e sustentável, assim como a promoção da saúde.

A educação pré-escolar busca, entre outros objetivos, que bebês e crianças sejam capazes de conhecer, respeitar e aceitar seus próprios corpos e os corpos dos outros, gerenciar suas emoções, estabelecer relacionamentos com base na igualdade entre homens e mulheres, praticar empatia e resolver conflitos de forma pacífica.

Uma maneira eficaz de decidir e verificar a relação entre novos temas e o que já foi planejado é observar se eles podem ser incorporados em outros assuntos, se ampliam e enriquecem a abordagem de outros conteúdos e se permitem integrar conhecimentos de diferentes áreas. É importante ressaltar que todo currículo deve ser flexível para permitir novos arranjos ao longo de sua implementação.

É evidente que a pré-escola é um espaço onde as emoções são mais frequentes e transparentes e o professor tem um papel essencial no desenvolvimento afetivo da criança. Para muitas, o afeto da professora pode significar a continuação da permanência na escola. (ALMEIDA, 1999, p. 14).

Quando a situação não é propícia porque há outro assunto em estudo, é relevante identificar, em conjunto com a turma, o que está despertando interesse para uma futura investigação. Podem surgir, então, temas que não tenham ligação direta com o que foi

planejado. Se forem circunstâncias significativas para os estudantes, será viável fornecer algumas explicações por meio de leitura, debate ou vídeo e retomar o estudo em curso.

O período de abordagem dos temas inesperados pode ser mais longo ou mais curto, dependendo das oportunidades que apresentem para iniciar ou enriquecer o estudo dos conteúdos programáticos. Na interação ativa com o novo, o contato com diversas fontes, as explicações do educador, os debates em grupo ou outras atividades devem permitir ao estudante compreender, localizar e relacionar informações, tirar conclusões, expandir sua compreensão, ou seja, apropriar-se dos conteúdos culturais fundamentais, com isso o estudante estará aprendendo a aprender para encontrar sozinho o caminho para outras aprendizagens.

O AMBIENTE DE APRENDIZAGEM E A ORGANIZAÇÃO

A escola lida com o saber de uma maneira bastante particular e o local onde esse trabalho efetivamente ocorre é a sala de aula. Pensar a organização da sala de aula é pensar a relação de educadores e estudantes com o saber. A sala assumirá aspectos diferentes conforme essa relação for concebida: vão variar o uso do espaço e do tempo, a organização das atividades e do material, e até mesmo o tipo de relações interpessoais.

É importante ter clareza do que se entende por saber e aprendizado, para poder planejar adequadamente as situações de ensino, selecionando atividades e materiais adequados, rejeitando práticas incompatíveis com os objetivos. O educador que reconhece a relevância da interação no processo de conhecimento garante momentos para troca de informações, ideias, opiniões.

A sala de aula, portanto, é entendida como espaço privilegiado de interação do grupo formado pelos estudantes e seu educador, todos diferentes entre si, os saberes e as experiências de cada um serão contribuições para o crescimento de todos.

No ambiente de aprendizagem, interações espontâneas entre os estudantes são uma ocorrência comum. Contudo, é papel do pedagogo antecipar métodos e momentos específicos de interação, de acordo com as metas que pretende alcançar. Encontros coletivos com a turma são cruciais em diversas situações, como no planejamento das tarefas, na introdução de um tópico novo, na organização dos conteúdos abordados, na avaliação das atividades realizadas.

Ao proporcionar esses encontros, é necessário levar em conta a idade dos estudantes. Crianças pequenas não conseguem manter a atenção por períodos prolongados. Portanto, é mais proveitoso diversificar as tarefas e repetir a mesma informação em diferentes contextos, de várias maneiras, do que tentar esgotá-la de uma só vez.

A interação pessoal oferece ao educador a chance de conhecer melhor cada estudante, seu estágio de desenvolvimento, suas dificuldades e questionamentos. Esse conhecimento é de extrema importância para orientar decisões nos planejamentos futuros. Para estudantes que não estejam acompanhando o trabalho da turma, é mais benéfico dedicar alguns momentos de sua atenção para a necessidade específica para entender o que está ocorrendo na turma e conseguir progredir no projeto.

A prática pedagógica estruturada em trabalhos em grupos cria situações que favorecem o desenvolvimento da sociabilidade, da cooperação e do respeito mútuo entre os estudantes, garantindo aprendizagens significativas. Organizar agrupamentos na sala não se limita apenas ao aspecto visual de reunir a sala em diferentes arranjos. O objetivo principal é favorecer a troca, o intercâmbio e o trabalho cooperativo entre os parceiros, contemplando a diversidade que apresentam.

A diversidade entre os estudantes confere heterogeneidade e riqueza ao grupo. Ao observar qualquer grupo considerado "homogêneo", podemos constatar que os estudantes têm mais diferenças do que semelhanças. Se ao invés de minimizar as diferenças, o educador aproveitar a variedade de respostas dos estudantes, promovendo trocas entre eles, estará garantindo um aprendizado mais eficaz para todos.

Para facilitar a colaboração em grupo, é importante encorajar os alunos a discutirem a tarefa e buscar juntos maneiras de realizá-la. O trabalho em equipe tende a ser mais produtivo quando os participantes assumem diferentes funções para sua execução.

Estabelecer uma rotina diária de trabalho beneficia a organização das atividades e proporciona maior segurança aos alunos, incentivando o desenvolvimento gradual de sua autonomia. Planejar o dia com base em uma lista de tarefas, levando em consideração a programação semanal da turma, é uma abordagem eficiente para que os alunos trabalhem de acordo com seu próprio ritmo, tomando decisões e assumindo responsabilidades sem precisar consultar o professor a cada vez que concluírem uma tarefa.

A criação de uma rotina requer o estabelecimento de regras facilitadoras. Priorizar a interação social no processo de aprendizagem não é incompatível com a rotina: os alunos precisam saber quais atividades estão programadas, o que devem fazer, como devem fazer, como se organizar no espaço e onde encontrar o material necessário. O cuidado principal ao lidar com rotinas e regras é utilizá-las sem sufocar a interação, as trocas e a criatividade. Uma sala de aula viva e produtiva pode não ser silenciosa, mas sempre

será disciplinada.

Disciplina é entendida como a organização do espaço, das atividades e dos participantes de forma a promover o processo de aprendizagem e cultivar o respeito pelo trabalho de todos. Ela se manifesta tanto no silêncio da concentração quanto no diálogo.

O ambiente da sala de aula pode se transformar em um espaço acolhedor e estimulante com um pouco de imaginação e criatividade de todos. Em uma oficina de trabalho, os recursos que podem auxiliar as atividades devem estar ao alcance de todos, dispostos de maneira sugestiva e funcional.

Proporcionar um ambiente propício para as interações não significa que os alunos devam estar em duplas ou grupos o tempo todo. O importante é que eles se sintam livres para se mover na sala, sentando-se ao lado de colegas para receber ou oferecer ajuda na realização das tarefas.

À medida que o professor adquire mais experiência e habilidade para aproveitar os recursos materiais e humanos da sala de aula e da escola, ele descobre novas possibilidades de organizar o tempo, o espaço e as atividades com os alunos, de forma a promover o processo de desenvolvimento e aprendizagem.

Cada educador, de acordo com o projeto da escola em que está inserido e as características específicas de sua turma, encontrará os caminhos possíveis e mais adequados para desenvolver um trabalho em que o compromisso seja com todos os alunos, para que eles permaneçam na escola, aprendam e progridam em sua jornada de descoberta do mundo.

A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A avaliação pode ser caracterizada como “as formas pelas quais, em nossa prática diária, observamos o aprendizado das crianças, nos esforçamos para entendê-lo e depois aplicamos nosso conhecimento” (Drummond, citado por Carr, 1993 p. 13). A avaliação na Educação Infantil desempenha um papel crucial no apoio a resultados positivos para as crianças, informando o que é ensinado e de que maneira.

Pesquisas indicam que a Educação Infantil que utiliza ensino culturalmente responsivo e avaliação eficiente e adequada é um fator importante que contribui para o sucesso das crianças na aprendizagem e educação futuras.

A avaliação na Educação Infantil serve a diversos propósitos, incluindo:

• Aprimorar o aprendizado e o desenvolvimento das crianças, fornecendo feedback e expandindo seus conhecimentos, habilidades e conquistas;

• Registrar o aprendizado que ocorreu e criar contas acumulativas do progresso;

• Avaliar e aprimorar pedagogias e práticas, bem como o programa;

• Analisar e melhorar o ambiente físico;

• Avaliar e aprimorar as interações entre professores e crianças, bem como entre as próprias crianças;

• Aprimorar o relacionamento com as famílias

• Identificar crianças que necessitam de suporte adicional.

Geralmente, a avaliação deve ser formativa - usada para influenciar a aprendizagem no futuro próximo. No entanto, informar as crianças, famílias e outras pessoas sobre o aprendizado e o progresso das crianças ao longo do tempo - pode ser útil para os processos de transição.

[...] A avaliação é instrumento de reflexão sobre a prática pedagógica na busca de melhores caminhos para orientar as aprendizagens das crianças. Ela deve incidir sobre todo o contexto de aprendizagem: as atividades propostas e o modo como foram realizadas, as instruções e os apoios oferecidos às crianças individualmente e ao coletivo de crianças, a forma como o professor respondeu às manifestações e às interações das crianças, os agrupamentos que as crianças formaram, o material oferecido e o espaço e o tempo garantidos para a realização das atividades (BRASIL, 2009, p. 16).

A avaliação formativa pode ser estruturada ou não estruturada. A avaliação não estruturada acontece quando os educadores observam, escutam e se envolvem em experiências com as crianças. Ela orienta as respostas dos educadores, em termos de suas ações ou alterações, e auxilia as crianças a atingirem metas de curto e longo prazo.

A avaliação na educação infantil consiste no acompanhamento do desenvolvimento infantil e por isso, precisa ser conduzida de modo a fortalecer a prática docente no sentido de entender que avaliar a aprendizagem e o desenvolvimento infantil implica sintonia com o planejamento e o processo de ensino. Por isso, a forma, os métodos de avaliar e os instrumentos assumem um papel de extrema importância, tendo em vista que contribuem para a reflexão necessária por parte dos profissionais acerca do processo de ensino (CARNEIRO, 2010, p. 6).

A análise formal implica em registrar observações para posterior análise e reflexão, bem como criar um histórico ao longo do tempo. Isso permite que os educadores identifiquem mudanças nos interesses e habilidades das crianças, e considerem planos e estratégias de longo prazo para apoiá-las. As observações e avaliações, sejam formais ou

informais, são utilizadas para planejar programas e atividades que permitam às crianças desenvolverem seus interesses em um contexto orientado pela criança.

A avaliação deve ser uma prática social na qual os professores, crianças, pais e responsáveis se envolvam na avaliação e no planejamento com base nela.

A aprendizagem das crianças deve ser avaliada no contexto e refletir os contextos sociais nos quais as crianças estão aprendendo. Isso envolverá fornecer descrições significativas do ambiente e das pessoas e objetos presentes nele que influenciam a aprendizagem, levando em consideração também o contexto cultural das crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por ser a avaliação a base cotidiana que assegura a segurança, independência e estabilidade do infante dentro da escola, esta, como já se percebeu pela análise, não pode ser vista apenas como um rol de tarefas puramente estáticas, com o objetivo de garantir um desenvolvimento cognitivo e individual.

O registro na Educação Infantil engloba aspectos mais amplos e sua organização depende de elementos diferenciados que são interdependentes e inseparáveis, como: conceito de infante e escola, organização de espaço e tempo, relação com o outro e com o ambiente e desenvolvimento do infante conforme as propostas.

Dessa forma, a organização do registro deixa de ser apenas um guia diário e passa a ser mais um item relevante do Projeto Político Pedagógico escolar. Sua organização estruturada de acordo com sua realidade prática e teórica vivenciada pela escola, garante um contexto de aprendizagem para o infante construir seus conhecimentos e relações pessoais e com o ambiente, desenvolvendo-se de maneira segura, concreta, saudável e com bases bem fundamentadas para as futuras construções.

Nota-se também que a avaliação como contexto de aprendizagem rompe com o paradigma de um planejamento fixo, estático e pré-elaborado, passando a ser um conjunto de aspectos planejados com flexibilidade para enfrentar as diferentes realidades, de acordo com os objetivos a serem alcançados, dando voz ativa ao grupo que a prática, garantindo o sucesso do desenvolvimento integral do infante.

Por meio deste artigo pretendeu-se tratar os temas mais relevantes e que possam esclarecer algumas incertezas que permeiam a educação de crianças para que assim alguns pais possam encontrar recursos ou alternativas para que a educação das crianças ocorra da forma mais natural possível e que o registro possa ser entendido como parte da rotina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Ana Rita Silva. A emoção na sala de aula. Campinas: Papirus, 1999.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nª 9394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1997.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil. Parecer 20/09 e Resolução 05/09. Brasília, MEC, 2009.

CARNEIRO, M. P. A. K. B. Processo avaliativo na Educação Infantil. 2010. 45f. Monografia (Pós-graduação em Educação Infantil). Escola Superior Aberta do Brasil, Vila Velha, 2010.

CARR, Margaret, Avaliação em contextos da primeira infância: histórias de aprendizagem. 1993.